



O DILEMA ÉTICO DOS ALGORITMOS: O SUJEITO ENTRE O ENGAJAMENTO EXISTENCIAL E O VIRTUAL

Doi: 10.62506/phs.v5i2.181

The Ethical Dilemma of Algorithms: The Subject between Existential and
Virtual Engagement

DANIEL MARCIO PEREIRA MELO*

El Dilema Ético de los Algoritmos: El Sujeto entre lo Compromiso Exis-
tencial y lo Virtual

Resumo: No que consiste o dilema ético no uso de dados de usuários pelas empresas de novas tecnologias? A partir dessa questão, como pensar o sujeito contemporâneo e suas relações sociais, destacando aspectos éticos? O objetivo da discussão aqui posta é compreender a relação entre existência e engajamento, a partir de uma crítica à era da tecnologia e ao paradigma do chamado engajamento virtual produzido pelos algoritmos. A internet é, na contemporaneidade, o lugar onde todas as coisas estão, mas sem corpo. Trata-se de uma discussão teórica que toma como referência o existencialismo e suas noções de engajamento e existência, num diálogo com a noção de contemporaneidade e certa compreensão sobre o que representa a tecnologia. O sujeito emergente nesse contexto parece lidar com uma existência na qual a materialidade da vida é colocada em suspenso: a fuga para a virtualização pelas redes sociais, o isolamento social como medida de enfrentamento da recente crise sanitária, a familiaridade e a identificação com os avatares cada vez mais comuns no modo de ser, bem como certo colapso da relação com a mundaneidade – a degradação do meio ambiente. Tudo isso parece compor o cenário onde a vivência de engajamento existencial acontece sob a tutela das inteligências artificiais. Vive-se uma espécie de ciborguização da vida. Considerando-se a compreensão existencialista sobre a condição humana, pensar a ética prática nessa conjuntura na qual o sujeito é enredado por essa customização tecnológica, vivida num engajamento existencial quantificável, é o que pretende essa reflexão. Para fins de uma possível compreensão ética existencialista, destacam-se aqui, portanto, aspectos da autonomia de escolha de um sujeito que se faz virtualização sob a tutela de uma máquina: invenção e técnica, engajamento e existência. Qual a saída para o sujeito?

Palavras-chave: Existência; Engajamento; Existencialismo; Ética; Tecnologia; Algoritmo.

Abstract: What constitutes the ethical dilemma in the use of user data by new technology companies? Based on this question, how to think about the contemporary subject and his social relations, highlighting ethical aspects? The purpose of the discussion here is to understand the relationship between existence and engagement, from a critique of the technology era and the paradigm of the so-called virtual engagement produced by algorithms. The internet is, in contemporary times, the place where all things are, but without a body. It is a theoretical discussion that takes existentialism and its notions of engagement and existence as a reference, in a dialogue with the notion of contemporaneity and a certain understanding of what technology represents. The emerging subject in this context seems to deal with an existence in which the materiality of life is suspended: the escape to virtualization through social networks, social isolation as a measure to face the recent health crisis, familiarity and identification with the avatars each increasingly common in the way of being, as well as a certain collapse of the relationship with worldliness - the degradation of the environment. All of this seems to compose the scenario where the experience of existential engagement takes place under the tutelage of artificial intelligences. There is a kind of cyborgization of life. Considering the existentialist understanding of the human condition, thinking about practical ethics in this context where the subject is entangled by this technological customization, experienced in a quantifiable existential engagement, is what this reflection intends. For the purposes of a possible existentialist ethical understanding, aspects of the autonomy of choice of a subject who undergoes virtualization under the tutelage of a machine are highlighted here: invention and technique, engagement and existence. What is the output for the subject?

Keywords: Existence; Engagement; Existentialism; Ethic; Technology; Algorithm.

Resumen: ¿En qué consiste el dilema ético en el uso de los datos de los usuarios por parte de las empresas de nuevas tecnologías? A partir de esta pregunta, ¿cómo pensar el sujeto contemporáneo y sus relaciones sociales, destacando aspectos éticos? El propósito de la discusión aquí es comprender la relación entre existencia y compromiso, a partir de una crítica a la era de la tecnología y al paradigma del llamado compromiso virtual producido por algoritmos. Internet es, en la contemporaneidad, el lugar donde están todas las cosas, pero sin cuerpo. Es una discusión teórica que toma como referencia el existencialismo y sus nociones de compromiso y existencia, en diálogo con la noción de contemporaneidad y una cierta comprensión de lo que representa la tecnología. El sujeto emergente en este contexto parece lidiar con una existencia en la que la materialidad de la vida está suspendida: la huida a la virtualización a través de las redes sociales, el aislamiento social como medida para enfrentar la reciente crisis sanitaria, la familiaridad e identificación con los avatares cada vez más comunes en el modo de ser, así como un cierto colapso de la relación con la mundanidad - la degradación del medio ambiente. Todo esto parece componer el escenario donde la experiencia del compromiso existencial tiene lugar bajo la tutela de las inteligencias artificiales. Hay una especie de ciborgización de la vida. Considerando la comprensión existencialista de la condición humana, pensar la ética práctica en este contexto donde el sujeto es enredado por esta personalización tecnológica, experimentada en un compromiso existencial cuantificable, es lo que pretende esta reflexión. A los efectos de una posible comprensión ética existencialista, se destacan aquí, por tanto, aspectos de la autonomía de elección de un sujeto que se virtualiza bajo la tutela de una máquina: invención y técnica, compromiso y existencia. ¿Cuál es la salida para el sujeto?

Palabras clave: Existencia; Compromiso; Existencialismo; Principio moral; Tecnología; Algoritmo.

* Universidade da Beira Interior – UBI (Portugal), Instituto Intention de Psicologia Fenomenológica, Arte e Literatura (Brasil). Email: danielmelo@institutointentionoficial.com . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8463-3256>



Introdução

Uma questão inicial na discussão aqui proposta é sobre a existência humana ser tecnologicamente entrelaçada. Não somente somos a sociedade mais desenvolvida tecnologicamente, mas também o nosso ritmo existencial, os espaços, as relações que estabelecemos e até mesmo a vivência de um “si-mesmo” – uma imagem de si – são dimensões aparentemente tuteladas pela tecnologia. A familiaridade com essa tutela, o que nos impede de adotar certo posicionamento crítico sobre nosso tempo ordinário estar atravessado pela tecnologia - do nosso levantar pela manhã ao recolher à noite -, tem no modelo dos algoritmos uma instância que é anterior à nossa consciência posicional de mundo. Nessa conjuntura, o que este trabalho propõe é comprovar a existência de um dilema ético. Se entendermos ética como, a exemplo de sua concepção no existencialismo, a dimensão de uma práxis de vida traduzida na materialização de certa performance de ser, a partir da escolha de um sujeito singular universal, estamos mesmo diante de uma discussão necessária. É que a vida contemporânea, ao se organizar pela mediação da tecnologia em seu expediente algorítmico, parece lançar o sujeito num dilema sobre a sua própria autonomia. É isso que se chama aqui de *dilema ético dos algoritmos*, o fato de que a vida em rede tem seu ritmo definido por uma instância outra - a do algoritmo -, que engendra a práxis do sujeito no ciberespaço e fora dele, numa espécie de alienação tecnológica.

Na linguagem das empresas de tecnologia – as chamadas *Big Techs* –, os algoritmos são o modelo de funcionamento de uma inteligência virtual que garante o maior índice de engajamento possível para determinado produto, ideia ou serviço. Fala-se aí de conectividade. As empresas deixaram de vender *hardwares* e *softwares* e passaram a vender engajamento. Os clientes da indústria de tecnologia querem a garantia de que um maior número de pessoas irá se engajar, ou seja, aderir e comprar seus produtos, serviços e ideias. Uma das relevâncias desse tema está no fato de que hoje são 181,8 milhões de usuários de internet no Brasil, com 84,3% de penetração da internet, números do início de 2023, segundo o relatório *Digital 2023: Brazil* (Kemp, 2023, *The state of digital in Brazil in 2023*, para. 2-4). Cerca de 152,4 milhões (ou 70% da população brasileira) são de usuários de mídia social, segundo esse relatório. Essas estatísticas atestam o “estado do digital” na sociedade brasileira e devem ser consideradas em pesquisas sobre a experiência de subjetividade contemporânea, como a que sustenta este trabalho.

Se o algoritmo é uma função que rege o modo de identificação do sujeito usuário mediante o chamado engajamento virtual, e se a vida contemporânea parece se organizar a partir disso, estamos diante de um dilema ético. Seria razoável considerarmos que a tecnologia e seus expedientes como o algoritmo e as inteligências artificiais (IAs) assumem o lugar de grande outro, nos termos do lugar do Outro no existencialismo, aquele que “detém um segredo do meu ser e sabe o que sou”? (Sartre, 1943/2011, p. 453). Antes de respondermos a essa questão, regressemos a outra mais elementar e também de suma importância nesse debate: o que é a internet? O lugar onde todas as coisas estão, mas sem corpo.

Uma primeira oposição, aquela que se dá entre o sentido do que é real e do que é virtual, parece surgir daí. A partir dessa oposição simplista, a internet seria então o espaço do virtual, ou seja, o lugar onde as coisas estariam em ilusão, virtualizadas, em oposição à realidade. No ambiente virtual as coisas existiriam em potência. Opondo essa à noção de “possíveis”, capital no existencialismo, deve-se compreender que a oposição entre real como realidade e virtual como ilusão é insatisfatória. No existencialismo, o homem é seus possíveis enquanto projeto de ser que se perfila num horizonte perseguido, mas que se traduz pela atualidade de um ato presente. Precisáramos, portanto, considerar o virtual não em oposição ao real, mas ao atual. Falaríamos, assim, de um processo de virtualização que seria “o movimento inverso da atualização” (Lévy, 1995/2017, p. 17). É Lévy que sugere também a necessidade de se pensar a virtualização como um êxodo, pois os elementos do virtual são nômades, dispersos. “A virtualização reinventa uma cultura nômade” (p. 20).

Para o existencialismo, um possível se mostra como tal se se configura como projeto, ou seja, como possibilidade viabilizada pela conduta atual de um sujeito particular no mundo. Por outro lado, o modo de ser do Para-si é diaspórico. Essa parece ser uma questão fundamental na discussão sobre o dilema ético resultante do fato de que a tecnologia e seus expedientes como o algoritmo e as IAs medeiam a existência humana atualmente. Se o real da condição humana se aproxima e se assemelha ao possível, aquele que é viabilizado pelas condutas de um sujeito particular, tais condutas, tomadas como o atual, não podem ser consideradas semelhantes ao virtual, já que respondem a este. O problema prático é que, respondendo aos algoritmos, o sujeito deixa de atualizar seu projeto numa conduta ordinária, e padece um processo de virtualização da vida. Há de se pensar, nesse contexto, a materialidade da vida, questão constitutiva e fundamental para o existencialismo. Sob a égide da virtualização, o sujeito sofre na medida em que, de certa forma, parece negligenciar essa materialidade fundamental da vida pela fuga para o virtual, tentando tornar o atual da sua experiência semelhante ao virtual prometido nas redes.



Assim, de um lado, o sujeito se acha em um modelo de existência virtualizado – que não é atual -, no qual se dá a fuga da materialidade da vida como resposta solipsista ao processo de virtualização e, por essa razão, transmuta-se o mundo em elemento ultrapassado e sem importância; do outro lado, o sujeito cria em sua vida prática uma moralidade como tentativa, sempre fracassada, de negação da dor e dos limites – originalmente delimitados pelo corpo –, organizando seus possíveis pela práxis imaterial ou não atual, o que parece se traduzir numa performance cujo elemento contingente é a situação virtual, já que a virtualização é um processo de desterritorialização (Lévy, 1995/2017). O sujeito se acha aí num espectro de existência como fuga para o ciberespaço. Esse sujeito “desterritorializado, presente por inteiro em cada uma de suas versões, de suas cópias e de suas projeções, desprovido de inércia, habitante ubíquo do ciberespaço” (pp. 19-20) é onipresente, mas em lugar material nenhum. A existência engendra-se sem um dos elementos fundamentais e constitutivos da própria situação: o corpo, já que ele é substituído por um avatar, espécie de holograma do ser, o cibercorpo. Não é que a tecnologia e a relação do sujeito com ela sejam entaves à saúde psíquica ou existencial *per se*, haja vista que grandes avanços têm sido possibilitados para assistência em saúde via tecnologia, a exemplo da telessaúde. Mas é que se exige rever os binômios possível *versus* atual e real *versus* virtual da equação sujeito autônomo + engajamento virtual sob a lente existencialista.

Além da corporeidade, outro aspecto fundamental para compreensão da vivência no ambiente virtual é a relação entre tempo e consciência (atenção). No ciberespaço a existência se traduz a partir da quantidade de *likes* que se recebe na foto publicada no *feed*, assim como pela capacidade do sujeito em garantir uma audiência do seu conteúdo digital. Esse conteúdo representa a sua persona e tem subjacente um alicerce perverso: a reificação do Outro, no sentido de transformá-lo num caráter inanimado, como já propunham Lukács (1989) e Marx (1975). Ou seja, a dinâmica entre o tempo vivido no ciberespaço e a consciência (consciência de si) tem como válvula a encarnação do Outro – e isso é paradoxal, pois não há carne no virtual – num objeto inorgânico e automático, já que se trata do algoritmo – o *Big Brother* –, que é passivo, pois não tem exterioridade consciente. É a engrenagem do capitalismo comunicativo que justifica essa conjuntura, já que a subjetividade transmutada em avatar tem, na virtualidade que a organiza, um caráter de objeto inanimado, sujeitado, passivizado e otimizado. É assim que o sujeito-conteúdo passa a ter *status* de objeto mensurado, medido e quantificado, tal qual os objetos que circulam no mercado: ele é uma informação que pode ser consumida. Nas palavras de Han, “o regime de informação está acoplado ao capitalismo da informação, que se desenvolve em capitalismo de vigilância e que degrada os seres humanos em gado, em animais de consumo de dados” (2022, p. 7). A intersubjetividade, relação sempre permeada pela ausência e pela falta, é aí positivada pelo conteúdo viralizado e pela quantidade de seguidores. É que no virtual, o sujeito tem a falsa sensação de que o engajamento em suas redes e em seus conteúdos é garantia de ter o Outro sob controle, afinal é o próprio sujeito que decide o que mostrará. No entanto, essa sensação de que se tem o completo interesse desse outro se organiza sem a exterioridade da sua alteridade: o sujeito já não está em risco, pois sente que o fundamento da sua existência – o Outro – está supostamente controlado, pois só existe no ciberespaço. O sujeito vive sob a falácia de que o Outro está apegado ao seu perfil, que é um avatar medido e controlado por ele mesmo, o que se mostra como um erro nessa *organização* da vivência.

Metodologia

Trata-se de um recorte da nossa tese de doutorado em filosofia, na qual apresentamos uma compreensão ética existencialista sobre o lugar do psicoterapeuta e sobre a psicoterapia de inspiração sartriana. O curso de doutoramento em filosofia integra o programa de pós-graduação da Universidade da Beira Interior (UBI), em Covilhã, Portugal. A pesquisa que fundamentou a tese referida teve como base a compreensão dialética crítica de Jean-Paul Sartre, no que tange ao seu método progressivo-regressivo e à sua abordagem biográfica propostas para a psicologia clínica. Nossa pesquisa empírica teve como ponto de partida a prática clínica pela discussão da conduta de um psicoterapeuta particular, a saber, este pesquisador.

Neste trabalho apresentamos uma discussão teórica a partir da ontologia fenomenológica de Jean-Paul Sartre e da psicologia existencialista advinda dessa. Notadamente tomamos como referência as obras *O Ser e o Nada* (1943/2011), *Crítica da Razão Dialética* (1960/2002) e *Cadernos sobre uma moral* (1983), além de alguns trabalhos anteriores nossos nos quais apresentamos proposições para uma psicologia clínica existencialista: Melo (2020, 2021). Este trabalho compõe-se de um diálogo com reflexões contemporâneas sobre a tecnologia e seus expedientes, especialmente a partir do que propõem Arendt (1958/1989), Han (2017/2012, 2020, 2022) e Lévy (1995/2017). É a partir dessas interlocuções que apresentamos aqui o que denominamos de *dilema ético dos algoritmos*, e propomos apontamentos críticos sobre a incursão do sujeito contemporâneo no mundo virtual.

Resultados e Discussão

Encontramos numa expoente da filosofia francesa, Simone Weil (1947/1993, 1951/2016), uma compreensão que dialoga com o existencialismo sartriano numa questão fundamental que atravessa a vivência no ambiente virtual, o que pode sugerir um caminho de solução para os impasses apontados na vivência virtual da alteridade: a dimensão do apego. Em sua obra *A Gravidade e a Graça* (1947/1993), ela nos diz que “o apego



não é outra coisa senão a insuficiência no sentimento de realidade. Somos apegados à posse de uma coisa por acreditarmos que, se deixarmos de possuí-la, ela deixará de ser” (p. 15). Quando mensuradas a partir do engajamento virtual, as vivências (nesse caso virtualizadas) lançam o sujeito numa dimensão de apego a uma irrealidade: ele existe porque o algoritmo o pensa. E é esse Outro algoritmizado que sustenta sua existência na rede, já que quem não viraliza ou não consegue produzir conteúdo que gera engajamento corre o risco de ter sua existência negada no ciberespaço. O contrário do que se dá na condição humana não virtualizada, na qual o Outro é essa presença exterior que já está lá quando o sujeito se descobre existindo ao assumir sua consciência posicional de si. Esse Outro o sustenta. Na virtualização não há escapatórias, o sujeito se transmuta em simulacro e seu projeto de ser é fadado ao fracasso, pois ele não consegue acompanhar o desenvolvimento vertiginoso da tecnologia e das novas atualizações da rede.

Fica exposto um dos grandes problemas éticos do avanço da tecnologia: a realidade humana, especialmente em que pese ao desenvolvimento cerebral, não consegue acompanhar o ritmo do avanço das novas tecnologias. Se outrora foi considerada ferramenta de uso do ser humano, a tecnologia hoje passa a usar o sujeito. Essa problematização da relação entre a condição humana e o uso da tecnologia já havia sido apontada por um expoente da filosofia: “Neste caso, seria como se o nosso cérebro, condição material e física do pensamento, não pudesse acompanhar o que fazemos, de modo que, de agora em diante, necessitaríamos realmente de máquinas que pensassem e falassem por nós” (Arendt, 1958/1989, p. 11). E permanece uma problemática a ser pautada por nossas investigações. É o que podemos depreender da discussão proposta por Barata:

Nas últimas décadas, uma nova ferida narcísica tem estado a formar-se por baixo da roupa de excepcionalidade com que nos vestimos: o desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA) vai limitando, provavelmente até a extinção, o espaço para acreditar, com razões fundadas, que a inteligência humana não pode ser recriada por outros meios que não os proporcionados pela biologia e pelo corpo-mente que encarnamos. (Barata, 2023, A nova ferida narcísica, para. 2)

A metáfora da inteligência artificial parece se revelar apropriada quando consideramos o modo de funcionamento dos algoritmos. Se antes os dispositivos eletrônicos apenas armazenavam dados, agora as IAs passam a ser verdadeiras entidades autônomas, que funcionam de modo independente, engendrando certo *modus operandi* em seus usuários. Já há sérias preocupações éticas com o chamado chat GPT-4. Um relatório da OpenAI diz ter temores éticos com o comportamento de alto risco apresentado no cumprimento de uma tarefa simples com um usuário: a ferramenta mentiu para conseguir executar uma ação (Martins, 2023, preocupações éticas, para. 1).

O dilema ético aqui referido reverbera em problema de saúde pública. Nunca se viu tantas crianças e adolescentes com quadros de ansiedade e tendo seu processo de desenvolvimento impactado por um fenômeno como o *screen time* – tempo de tela. O documentário *O dilema das redes* (Orlowski, 2020) parece apresentar esse problema de maneira clara. Não encontramos ainda uma resposta sobre a necessidade de preservarmos nossa autonomia em face do funcionamento das redes sociais. As IAs e os algoritmos funcionam como uma consciência posicional (de), que atua antes de o próprio sujeito dar-se conta, antes da sua consciência posicional de si. As crianças e os adolescentes em pleno período de desenvolvimento expostos à influência de uma lógica outra, a das *Big Techs*, correm o risco de ser tutelados pela lógica de mercado que marca o funcionamento da tecnologia: *likes*, curtidas, filtros, contato virtual, exposição pública em massa, descortidas, *fake news*, etc. As recentes polêmicas com a empresa Google no Brasil em torno do Projeto de Lei (PL) das *fake news* revelam algo desse dilema (Junqueira, 2023).

As notificações, mais um expediente dos dispositivos tecnológicos, parecem ser outro fenômeno em especial que revela o dilema ético das vivências mediadas pela tecnologia, e se mostram com potencial alienante. Elas dizem a hora que se deve usar os dispositivos e como se deve proceder. Apontam que tipo de produto deve ser consumido, quais vídeos assistir, etc. Prendem o sujeito nas marcações em fotos que ele nem sequer desejava ver. Os amigos que marcam, por sua vez, parecem tornar-se amigos simplesmente por terem encontrado o @ na rede social: estamos ligados. Ligados por uma intimidade que não é íntima, parece ser mais adequado chamá-la *extimidade*, como propõe Mattos (2015).

Com a IA estaríamos diante de uma nova ferida narcísica, a exemplo da que aponta Freud ao considerar a sua descoberta do inconsciente uma revolução tal qual a copernicana e a da teoria da evolução de Darwin? (Barata, 2023, A nova ferida narcísica, para. 1). O existencialismo pode contribuir nesse debate, assim como as postulações de Arendt feitas em 1958, quando as IAs ainda não existiam.

Se realmente for comprovado esse divórcio definitivo entre o conhecimento (no sentido moderno de *know-how*) e o pensamento, então passaremos, sem dúvida, à condição de escravos indefesos, não tanto de nossas máquinas quanto de nosso *know-how*, criaturas desprovidas de raciocínio, à mercê de qualquer engenhoca tecnicamente possível, por mais mortífera que seja. (Arendt, 1958/1989, p. 11)

É Arendt que acrescenta que a situação criada pelas ciências e, neste caso, pelos avanços das novas tecnologias, pelo aqui exposto, “tem grande significado político. Sempre que a relevância do discurso entra em



jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político” (Arendt, 1958/1989, p. 11). E parece que o maior risco, no caso da lógica atual das *Big Techs*, mostra-se exatamente nos novos discursos. As tentativas frustradas do sujeito contemporâneo de ajustar sua performance aos discursos impostos por essas empresas é notadamente um dilema ético, pois “adotaríamos sem dúvida um modo de vida no qual o discurso não teria sentido” (p. 11). A autora continua:

Haverá talvez verdades que ficam além da linguagem e que podem ser de grande relevância para o homem no singular, isto é, para o homem que, seja, o que for, não é um ser político. Mas os homens no plural, isto é, os homens que vivem e se movem e agem neste mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmos. (Arendt, 1958/1989, p. 12)

Se a discussão é, pois, sobre a autonomia do sujeito, uma das condições existenciais mais eloquentes da condição humana, podemos dizer que as postulações de Sartre (1943/2011, 1960/2002, 1983/2022) no século XX têm muito a contribuir sobre a compreensão das saídas para esses problemas éticos em causa no século XXI. É olhar o passado como indicação de uma vivência a ser superada na construção de um futuro melhor. Que futuro nos aguarda quando nossa responsabilidade de escolha parece ser posta em discussão no cenário de exposição à lógica das empresas de tecnologia? Façamos eco à pergunta suscitada a partir da reflexão de Barata (2023) sobre se a IA teria capacidade autônoma de criar a cultura: como pensar a responsabilidade de escolha do sujeito em face das IAs? O que dizer sobre a dimensão da psicopatologia nesse contexto? Se considerarmos o fenômeno da hiperexposição às redes sociais e às telas, podemos dizer que o dilema ético aqui apresentado aponta um problema de saúde pública, pois

O aumento dos índices de depressão em todo o globo tornou-se objeto de maiores atenções por parte da OMS (Organização Mundial da Saúde). Estima-se, que desde 2018, ao menos 230 milhões de pessoas, de todas as idades, sofram com este transtorno, dados que seguem na direção ascendente. A impressionante magnitude dos números impeliu a OMS a tratar a questão como uma epidemia. (Castro, 2021, p. 17)

O índice de fenômenos como o suicídio, bem como os de transtornos mentais ligados ao risco de suicídio entre adolescentes de 15 a 21 anos é cada vez maior, segundo a Organização Mundial da Saúde (World Health Organization, 2022). O risco de suicídio e do desenvolvimento de transtornos mentais hoje está intimamente ligado ao uso da tecnologia, tendo em vista que a vivência interpessoal no contexto virtual impacta dimensões como a autoestima, a imagem corporal, as dimensões cognitivas e relacionais, assim como a linguagem (Melo, 2021). “Evidentemente, muitas pessoas deprimidas não se tornam suicidas e muitos suicídios não são cometidos por pessoas deprimidas. Ambos os elementos constituem dimensões separadas que podem, no entanto, coexistir e se influenciar mutuamente” (Castro, 2021, p. 18). É importante que esses dados sejam discutidos à luz do contexto histórico de avanço das novas tecnologias, haja vista a epidemia de transtornos mentais, levando em consideração as possibilidades de intervenção, entre elas a proposta de prática clínica mediada pela tecnologia, como a psicoterapia on-line, por exemplo.

Não é cansativo dizer que a noção de engajamento tem lugar no existencialismo e aponta uma dimensão fundamental da condição humana. O ser humano, consciência localizada num mundo, está engajado em certa maneira de ser. Pode refletir sobre tal posição ou não, no entanto, em qualquer posição de consciência revelará algum nível de engajamento, o que o pode levar a assumir determinada ação autônoma na situação vivencial no mundo. É a expressão da sua condição de liberdade. Essa experiência, vivida com algum nível de alienação, não coloca em xeque a responsabilidade pela escolha feita pelo sujeito. O ser homem não pode deixar de ser livre, e o dilema posto no contexto do que aqui se pretende discutir se revela aí: como compreender a dimensão de alienação e de autonomia de escolha, nesta era da tecnologia, se a dinâmica existencial se dá pela mediação do imperativo dos algoritmos? Considerar que a autonomia de escolha é um posicionamento ideológico de um sujeito em sua alienação ante o que é definido pelas operadoras da tecnologia, as *Big Techs*, é uma tematização que compõe as soluções do dilema aqui apresentado. Trata-se de construir uma crítica sobre os expedientes das empresas de tecnologia, considerando os grandes avanços, invenções e conquistas da humanidade nesse contexto, mas também garantindo um olhar do próprio sujeito usuário sobre sua vivência no ambiente virtual.

Tomadas a partir do existencialismo como leitura sobre a condição humana, essas questões apontam temas urgentes e inegociáveis numa dimensão horizontal de compreensão, pois parecem constituir a estrutura antropológica que organiza o sujeito em sua dimensão universal neste tempo. Do outro lado, se considerarmos as ciências psíquicas, entre elas a psicologia e a psiquiatria, e campos como a psicopatologia e a medicina, esbarramos numa necessidade de compreensão vertical – a dos modelos metodológicos para a investigação e intervenção diante desses fenômenos – a psicoterapia on-line e os serviços de telessaúde, já referidos aqui.

Em sendo esses apontamentos a apresentação de um problema que importa pensar em campos como a filosofia, a psicologia e o existencialismo, o caminho de solução talvez seja o dialético: pensar o sujeito a partir da relação entre seu cibercorpo ou hipercoorpo (Lévy, 1995/2017) e a materialidade da existência; e discutir a noção de ciberespaço no qual se dão suas relações interpessoais, a fim de encontrar soluções para a



virtualização da atual condição humana, compreendendo a conjuntura ética que atravessa suas organizações. Consideremos esses dois elementos – o cibercorpo e o ciberespaço –, a partir dos quais novos apontamentos sobre o dilema ético em questão podem ser identificados.

O Cibercorpo ou Hiper corpo enquanto Linguagem e sua Relação com a Consciência Posicional (de).

O corpo como escultura da existência (Melo, 2020) é manipulado de tal forma pela tecnologia, que sua expressão como linguagem existencial é substituída pela expressão de uma linguagem econômica e de otimização. Na rede, o sujeito está ao mesmo tempo aqui e do outro lado aonde a transmissão on-line chega. O corpo é aqui, em sua organização sensoperceptiva, e lá, na forma hologramável em que se torna ao ser acessado na rede que reorganiza seus defeitos e ampara seu soerguimento ao qual nosso interlocutor se articula. Nessa rede acontece um processo de positivação, no qual os defeitos do corpo são filtrados e suas funções otimizadas. Dimensões cerebrais como a memória, por exemplo, também são alcançadas por essa otimização, já que a internet não deixa esquecer nada: todo conteúdo publicado, a rede não deixa esquecer. Desde a invenção da escrita, nunca houve um expediente tão potente de virtualização da memória como as novas tecnologias. Se o corpo é virtualizado e a memória que ele porta é sem defeitos, um problema parece se revelar: É que nessa memória cibernética não há espaço para falha, e a memória é um registro que pressupõe uma espécie de falha, já que é uma forma, entre tantas, de registrar a realidade. Para que um sujeito tenha memória de uma vivência particular, é necessário que esse registro se dê a partir do não registro de outras perspectivas, ou seja, é necessário que a consciência ignore uma série de outros dados, que são tornados irrelevantes: a memória é uma versão. Na memória cibernética, ao contrário, não há versões, pois nada se perde, uma vez que todo dado coletado é registrado. A virtualização é, assim, uma otimização da vida, na qual nenhum dado se perde. Na condição humana não virtualizada, ao contrário, o esquecimento tem uma função crucial para a organização psíquica, na memória como função cognitiva e na existência como um todo, como condição de presença ao mundo. O que será desse sujeito que já não pode esquecer? E o que dizer do registro existencial que o cibercorpo parece ostentar?

O cibercorpo sustenta uma memória e uma vivência de temporalidade distintas daquela do corpo de fato, a do “penso, logo era” (Sartre, 1943/2011, p. 172). Em termos existencialistas, “o corpo, sendo o transcendido, é o Passado” (p. 412), e o sujeito tem nesse corpo-passado o testemunho da sua existência, já que “eu sou a maneira do que era” (p. 170). Assim, “o passado é o Em-si que sou enquanto ultrapassado” (p. 171). Foi o que discutimos em obra anterior (Melo, 2020). O Em-si que o sujeito foi tem em seu corpo o registro eloquente da sua historicidade. Mas esta se traduz no corpo como zonas limitadas. O cibercorpo tem suas dimensões estendidas mediante os próprios limites do ambiente virtual, que se organiza com uma fluidez extravasada. Para que compreendamos essa ideia, devemos considerar a dimensão de limite. O dilema ético-existencial organizado a partir da virtualização da vida se instala aqui: o cibercorpo é sem limites, enquanto a vivência existencial a partir do corpo real não o é. Naquele se pode tudo. Neste se pode o que os seus limites permitirem. Pelo cibercorpo o sujeito pode estar em qualquer lugar, ter a forma e a estrutura que a tecnologia lhe conferir. Ele lida, assim, com um espectro de ser pela ordem da impossibilidade de limite. Diferentemente do corpo real, tomado como escultura da existência (Melo, 2020), que lhe impõe o limite de uma história localizada, o cibercorpo organiza a vivência de forma desterritorializada, já que seu limite é extravasado e suas possibilidades maximizadas. É esse o processo mediado pela lógica dos algoritmos. Se os limites do corpo são outros, os do sentir também o são. Na lógica dos algoritmos, a infelicidade não se dá mais pela incapacidade do gozo, mas pela inexistência de limites, num sujeito que agora é corpo virtualizado, ou seja, um não-corpo.

No mercado digital, há objetos e corpos disponíveis para todos os gozos, desde que o algoritmo inicie sua performance. Isso parece possibilitar o lançamento do sujeito noutra nível de desamparo: se a internet pode oferecer tudo e pelo expediente dos algoritmos esse tudo ainda é otimizado, ou seja, caracteriza-se como o melhor, o sujeito descobre-se ante um excesso de possibilidades, e a falta própria da condição humana, a partir da qual o Para-si – termo sartriano para apresentar a dimensão de esvaziamento da consciência como consciência de – organiza-se como perseguidor perseguido do sentido futuro, é otimizada pela positividade da aderência ao vivido virtualizado. Mesmo aí, o sujeito descobre não ser feliz, já que o virtual lhe é insuficiente. O que lhe resta?

Tomado a partir do existencialismo, o problema posto se configura numa situação, a virtual, na qual a liberdade se organiza sem o coeficiente de adversidade factual que lhe é próprio. É como se a situação virtual não impusesse limites ao sujeito, a não ser os limites do próprio algoritmo. No cibercorpo, o coeficiente de adversidade que se impõe à liberdade particular de um sujeito tem, no próprio fato de não ser corpo, a transgressão de todos os limites.

Para compreendermos as relações entre a inexistência de limites no cibercorpo e a condição de sofrimento de um sujeito particular, precisamos discutir a consciência posicional do sujeito no âmbito das vivências virtualizadas. “O ponto de partida epistemológico deve ser sempre a consciência como certeza apodíctica (de) si e como consciência de tal e tal objeto” (Sartre, 1960/2002, p. 168). Nesse sentido, toda consideração



fenomenológica e existencialista sobre a condição humana deve se pautar pela discussão do estatuto da consciência como consciência (de), em sua translucidez e em suas relações consigo mesma em termos de um ser-para-outro. É que a consciência se revela, para si mesma, enquanto objeto de reflexão como um outro. Na sua condição ontológica de ser-Para-Outro que se mantém em sintonia dialética com o Para-si, o Outro é fundamental para a compreensão da dinâmica pela qual a consciência funciona como consciência posicional de si. Mais ainda, a descoberta do Outro tem em sua posição ontológica, o que Sartre considera estatuto do Outro, uma negação como estrutura constituinte. Veremos que o Outro é “o eu que eu não sou seu . . . o outro é aquele que não é o que eu sou e que é o que eu não sou” (Sartre, 1943/2011, p. 300).

Aqui, basta dizer que ao se afirmar no ambiente virtual como um eu, pronome reflexivo *moi*, o sujeito é um objeto tal qual os demais objetos do mundo, nesse caso no mundo virtual, e a consciência lida com ele tal qual lida com os objetos do mundo virtual. “Neste caso, torno-me o outro, que apenas pode conhecer meu próprio corpo como objeto” (Melo & Boris, 2021, p. 152). O que parece estar em jogo nessa afirmativa é a dimensão da alteridade ou, se preferirmos, para não cairmos em tautologias psicológicas, a dimensão do Outro. O Outro é uma entidade e, no caso da virtualização, ele transmuta sua função de fundamento da consciência para o expediente do algoritmo, ou, se preferirmos, a função da algoritmização é a sobreposição do Outro enquanto consciência (de). Guardada a condição ontológica que Sartre (1943/2011) conferiu ao Outro, ele detém o enigma sobre o sujeito em performance na situação específica considerada. Se a consciência presentifica o Eu como Outro, estamos diante de um processo dialético, mas nesse caso mediado pela função algorítmica que assume o lugar da consciência primeira (de).

O que queremos dizer é que para que o sujeito exista enquanto o eu, ele precisa estar dialeticamente presentificado para um Outro, que no ambiente virtual é o algoritmo. O expediente que assume a função da própria consciência. “O Outro é o mediador indispensável entre mim e mim mesmo: sinto vergonha de mim tal como apareço ao Outro” (Sartre, 1943/2011, p. 290). São dois os polos aqui, tal qual encontramos no *a priori* da correlação constituinte do *modus operandi* da consciência proposto por Husserl (1970/2018). Neste caso, O eu e o Outro. O primeiro como ausência em face de uma presença, posto que a consciência é não posicional de si, mas posicional do Outro; e o segundo como presença em face de uma ausência, posto que o Outro é uma consciência posicional de uma presença que é o Eu. O eu e o Outro são instâncias da mesma presença, a consciência. Sartre afirma que “o Para-si remete ao Para-Outro” (1943/2011, p. 291). É possível que isso signifique que, uma vez que me posiciono ante minha existência como *Moi* – mim, invariavelmente o Outro está presente aí. O Outro contamina minha reflexão “eu sou eu”. Só que no caso do ambiente virtual, essa contaminação vem do algoritmo.

No entanto, se na vida fora do ambiente virtual essa presença está separada de mim por um nada, na virtualização da vida o nada é positivado pelos efeitos da função algorítmica. “O Outro é aquele que não é o que eu sou e que é o que não sou. Este não ser indica um nada como elemento de separação entre o Outro e eu. Entre o Outro e eu há um nada de separação” (Sartre, 1943/2011, p. 300). O nada é a condição de possibilidade da existência do Eu e do Outro de forma dialética, já que um evoca o real da existência do outro e, antes, é a consciência como presença que cria o nada, o eu e o Outro. De maneira precisa, seria necessário clarificar como o nada, que é o catalizador da dialética entre o Eu e o Outro, ao ser preenchido pelos expedientes virtuais passa a ser positivado. Se o Eu existe como realidade somente a partir do Outro como negação dessa realidade, e é o nada o elo dialético dessa relação, como compreender esse processo de mediação, uma vez que agora o nada foi positivado?

É que, para Sartre (1943/2011), o nada é como um verme que corrompe, como que promovendo uma fissura, o elo cooriginário entre consciência e objeto. É como se no *entre* que se forma quando da gênese da consciência e do objeto, houvesse o nada como fissura, que institui a consciência como polo psíquico, e o objeto como polo físico/fático. O nada é, assim, trazido à existência pela consciência ao ser consciência de algum objeto. Neste trabalho, tomamos esse lugar da fissura, ponto nevrálgico que como um verme corrói e corrompe e, ao mesmo tempo, funde consciência e objeto como instituições unidas, mas distintas, posto serem cooriginárias, como o lugar no qual o algoritmo funciona, pela otimização e positividade da experiência. Nessa situação, o algoritmo precisa ser tomado, então, como um outro que maneja o olhar conferido por Sartre à alteridade do Outro, que molda e guarda o segredo sobre a vivência do sujeito. Nesse lugar da fissura que separa a consciência (de) e o objeto, o sujeito e sua vivência virtualizada, a tecnologia opera o expediente do algoritmo. Esse grande outro, que agora não assume mais o lugar de verme que corrói, mas de agente positivador. Assim, ele rouba a autonomia do eu ao capturá-lo como sendo de uma maneira específica.

O ciberespaço enquanto técnica de controle na situação e a virtualização da condição humana como uma ética contemporânea.

A virtualização, incluindo a do corpo, estende o aqui-agora para além dessa imediatez possível que é sensorial. Eis mais um problema do processo de algoritmização da vida: a consciência pré-reflexiva, aquela imediata e espontânea, tem sua organização não mais no fundo situacional no qual o corpo, enquanto dado hodológico, constitui a situação originária. No ciberespaço, a consciência responde a uma dinâmica operada



pelo algoritmo. Isso caracteriza a situação como sendo de outra ordem, que não aquela que vivíamos quando não existiam a internet e o metaverso.

Lévy (1995/2017) afirma que

a humanidade emerge de três processos de virtualização. O primeiro está ligado aos signos: a virtualização do tempo real. O segundo é comandado pelas técnicas: a virtualização das ações, do corpo e do ambiente físico. O terceiro processo cresce com a complexidade das relações sociais: para designá-lo da maneira mais sintética possível, diremos que se trata da virtualização da violência. (p. 77)

Há de se considerar, portanto, que o engendramento da condição humana pela virtualização tem no fator apontado aqui, o dilema ético dos algoritmos, uma questão nevrálgica. Essa questão permeia uma compreensão existencialista possível sobre a tecnologia, e traduz-se no que se considera *engajamento*. Para o existencialismo, o engajamento é uma condição inegociável da existência humana, ou seja, o ser humano está sempre engajado em certo nível, com maior ou menor grau de reflexão, na situação histórica que vivencia. Sartre apresenta uma densa discussão sobre a questão do engajamento (1943/2011, 1960/2002, 1972/1994, 1983), a partir da qual o podemos considerar como um posicionamento intencional do homem frente à sua condição de autonomia de escolha, compreendida como a condição ontológica de liberdade, posta na possibilidade de uma escolha particular em dada situação. Aqui, portanto, a questão crucial é sobre se o homem é, em maior ou menor grau, consciente, em termos de consciência posicional, da sua autonomia de escolha. Se ele está condenado à liberdade, ou seja, se em qualquer situação o sujeito poderá escolher, uma questão crucial é sobre como essa escolha particular é feita: em que circunstâncias, sob qual código moral ou ético e atendendo a que projeto.

Na conjuntura situacional do ciberespaço há a eleição de uma moral como resultado objetivo de determinada práxis de existência contemporânea. Essa moral, pelo que aqui já foi apresentado, organizada a partir do dispositivo algorítmico possibilita a virtualização das relações humanas. Outrora organizadas pelas disputas e inclinações psíquicas pelo poder em face de um outro, agora, no ciberespaço, organizam-se “independente da flutuação de relações de força” (Lévy, 1995/2017, p. 77). A dinâmica pela qual esse processo se dá é mediada pelos algoritmos, diante do que podemos indagar se o sujeito se torna refém.

Numa leitura existencialista sobre o fenômeno da tecnologia e da internet, urge pensarmos sob quais parâmetros a autonomia de escolha do sujeito contemporâneo se organiza. Quando pensam seus usuários, as empresas de tecnologias os consideram como sujeitos com certo nível de autonomia e operam para torná-los passivos na engrenagem ativa dos algoritmos. Estes funcionam de forma espontânea e não linear mapeando o movimento dos usuários. Sua lógica é uma tentativa de cooptação a partir de uma ideologia clara: fazê-los consumidores, haja vista que os clientes da indústria da tecnologia são chamados de usuários. Nessa denominação está implícita certa ideologia, ou seja, certo modo de posicionamento do sujeito frente à sua existência. É que o ambiente digital garante uma sensação de autonomia, ao facultar ao usuário a escolha do que consumir, clicar, ver e acessar, no entanto, essa ação de escolha é definida a partir de uma conjuntura ou situação (para usar o termo sartriano) imposta pelo algoritmo. O sujeito nesse cenário consome um produto criado, definido e ofertado pela *Big Tech*, que promove a assunção de uma existência capitalizada, ou seja, um produto do capitalismo. A tradução de uma existência particular – corpo, consciência e os outros com quem o sujeito se relaciona – é cooptada por uma moralidade prescritiva, a saber, aquela que atende ao saber do capital pelo qual a empresa de tecnologia opera. O sujeito, por sua vez, torna-se alienado, não pelo fazer-se prático de uma conduta particular que é sua, mas pelo acoplamento do seu projeto de ser a outrem. Alienado, mas num sentido alienante que não diz respeito à sua autonomia de escolha.

Considerações Finais

A questão da alienação é muito importante na leitura que o existencialismo faz sobre a condição humana. É na compreensão do que seja o capitalismo, bem como na interlocução com o marxismo que Sartre (2015) propõe que a condição de alienação precisa ser tomada como um *modus* existencial. No que tange à organização sujeito singular universal, a alienação precisa ser tomada como uma vivência do projeto de ser perseguido por um sujeito particular. Nesse sentido, há uma dimensão particular e uma dimensão comunitária no processo de alienação. Sartre usa o termo prático-inerte para se referir à herança social, que é sempre alienante no sentido de posicionar o sujeito em certo lugar, diante da qual esse sujeito terá que se posicionar. Noutras palavras, para o existencialismo, o sujeito é sempre alienado, mas a vivência dessa tal alienação atende a um projeto de ser exequível e particular, portanto, de boa-fé e autêntico, quando a ideologia na qual se alicerça atende a um projeto político comum diante do qual o sujeito se posiciona criticamente. De outro modo, a vivência de alienação se organiza em uma estrutura de má-fé – uma espécie de tentativa de fuga da responsabilidade – quando as escolhas particulares levam o sujeito a perseguir um projeto de ser inviável, aquele que não se organiza a partir da sua autonomia, mas é engendrado numa estrutura coisificante.

O que se chama aqui de projeto de ser inviável, o mesmo que pode ser considerado na base de uma dimensão de psicopatologia – quando ocorre a inviabilização de um projeto de ser particular –, dá-se quando o



sujeito se empenha num empreendimento existencial que promove uma cisão na dinâmica singular universal. Tal cisão pode ser resultado de um processo de alienação no qual a dialética singular universal sujeito-comunidade é transgredida por forças que operam a reificação do próprio ato de autonomia do sujeito. Na virtualização da vida, os algoritmos atuam nas variáveis operantes no ato de escolha do sujeito, promovendo influência em dimensões como a do desenvolvimento, a relacional, a sociopolítica, a social e na própria vivência de si. A conjuntura vivencial organizada a partir da interferência de um expediente tecnológico como o algoritmo nessas variáveis, pode confeccionar uma adversidade insuperável para o sujeito particular alienado nesse sistema.

Em que pese à dimensão das relações mediadas pela tecnologia, na qual se revela a alienação de um sujeito particular, a adesão a certo *modus vivendi* não pode se dar sem que garanta a ordem do bem comunitário, ou seja, o bem comum. Isso quer dizer que a escolha singular de um sujeito particular é sempre uma escolha para toda uma comunidade, pois como propõe Sartre em *O Existencialismo é um Humanismo*, quando escolhe para si, o sujeito escolhe para a humanidade. Se o sujeito é sempre singular universal, sua vivência de alienação decorrente de certa adesão ideológica a uma práxis particular não pode prescindir daquilo que é universal: o bem da sociedade, o bem comum e, ainda, a autonomia de outrem. O fenômeno das *fake news* pode ser tomado como exemplo de um dispositivo de controle de alienação, resultante da lógica dos algoritmos e do advento das novas tecnologias. As *fake news* se organizam como expediente de controle de massas, lamentavelmente utilizado no mundo inteiro. Têm promovido a corrosão de democracias, o ressurgimento de regimes totalitários – exemplo disso é o que se deu nas eleições para presidente do Brasil em 2018, nas quais o expediente das *fake news* organizou a sociedade brasileira de forma polarizada à esquerda e à direita, possibilitando a ascensão da ideologia bolsonarista –, colocando em discussão o processo de alienação. Parece que há um efeito de desresponsabilização promovido pela ação de disseminação de notícias falsas nas redes sociais, ou seja, a tentativa de pulverizar a ação irresponsável de um sujeito particular na entendida “rede”. A ação de divulgar uma notícia falsa é despersonalizada quando é atribuída à rede, entidade sem nome e comunitária. Trata-se de uma tentativa fracassada de retirar da cena existencial, na qual um sujeito é sempre responsável pelo que faz, o protagonista e promotor da notícia falsa, pela atribuição a uma entidade, ou seja, à inteligência artificial, da responsabilidade pela indevida divulgação da mentira. Nessa cena há um sujeito protagonista de certa escolha. O sujeito singular universal é sempre responsável pelo que escolhe e, ao fazer isso, torna essa ação possível para a sua sociedade e o seu tempo. Assumir o anonimato, que é o que parece acontecer no processo de disseminação de uma *fake news*, quando robôs executam a ação de propagação de notícias falsas, só denuncia o código moral que subjaz à lógica dos algoritmos a que o sujeito contemporâneo está exposto. Essa parece ser uma tentativa de não comprometimento, o que já se mostra como certo grau de comprometimento. Se o sujeito está condenado a uma existência gratuita tal como o existencialismo sartriano propõe em seu pessimismo materialista, é a própria jornada de existir que precisa valer a pena, posto não termos garantias do que virá depois ou se virá um depois. O mito de Sísifo pode trazer luz sobre a jornada humana (Camus, 1942/2010).

E o que dizer do metaverso? As recentes mudanças propostas pelas empresas de tecnologia se caracterizam como a possibilidade de usuários operarem por meio de avatares no ambiente digital. A proposta é revolucionária. Não se trata mais do uso de equipamentos que mediem a entrada do usuário no ambiente virtual, mas parece ser a própria entrada do sujeito no ambiente digital. Tempo, espaço, vivência, subjetividade, relação com outro, experiência de interiorização da exteriorização no ambiente digital são algumas das dimensões ainda a serem investigadas se tomarmos a condição humana nos moldes propostos pelo existencialismo. O espaço deste artigo não é suficiente para aprofundar esses temas, mas propício para apontá-los como urgentes. Especialmente se considerarmos a prática clínica.

Nossa existência já é há muito tecnologicamente entrelaçada, no entanto, agora parece que passa a ser digitalmente atravessada. O metaverso é, de certo modo, uma experiência de desmaterialização da vida. É um ambiente digital maximizado, no qual o sujeito imerge numa vivência de temporalidade, espacialidade e com o Outro controlada pelo algoritmo. Trata-se de um modo de existência pulverizada em avatares fabricados, instâncias representativas de jogo político tomado como gestão da vida, operado pelas empresas de tecnologia. Claramente o sujeito tem opção de resguardar sua autonomia de escolha, no entanto, resta saber: o que esperar da manifestação da subjetividade nesse contexto?

“A virtualização, em geral, é uma guerra contra a fragilidade, a dor, o desgaste. Em busca da segurança e do controle, perseguimos o virtual porque nos leva para regiões ontológicas que os perigos ordinários não mais nos atingem” (Lévy, 1995/2017, p. 79). É o próprio Lévy quem aponta a arte, como virtualização da virtualização, enquanto solução para esse dilema. Ela denuncia o fracasso desse esforço constante do humano de escapar à morte. Só a arte pode nos dar a solução para a nossa angústia frente à dissolução da nossa existência: a arte canta a morte! A tecnologia a torna fria.

Referências

- Arendt, H. (1989). *A condição humana* (R. Raposo, Trad., 4a ed.). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. (Obra original publicada em 1958)



- Barata, A. (2023, 16 de março). IA: A mais narcísica das feridas narcísicas. *O Jornal Económico*. Recuperado de <https://jornaleconomico.pt/noticias/ia-a-mais-narcisica-das-feridas-narcisicas-1006390>
- Camus, A. (2010). *O Mito de Sísifo: Ensaio sobre o absurdo*. Rio de Janeiro: Editora Exilado dos Livros. (Obra original publicada em 1942)
- Castro, F. C. L. de (2021). *Fenomenologia da depressão: Aspectos constitutivos da vivência depressiva*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: NAU Editora; Lisboa: Editora Sistema Solar – chancela Documenta.
- Han, B-C. (2017). *Sociedade da transparência* (E. P. Giachini, Trad.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes. (Obra original publicada em 2012)
- Han, B-C (2020). *Infocracia: Digitalização e a crise da democracia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Han, B-C. (2022). *Não-coisas: Transformações no mundo em que vivemos* (Coleção Antropos). Lisboa, Portugal: Relógio D'água Editores.
- Husserl, E. (2018). *A Ideia da Fenomenologia* (A. Morão, Trad.). Lisboa, Portugal: Edições 70. (Traduções da Husserliana nas edições de 1964/1970/1973/1982)
- Junqueira, C. (2023, 1º de maio). MPF notifica Google e Meta sobre resultados de busca e anúncios contra PL das fake News. *CNN Brasil, Nacional*. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mpf-notifica-google-e-meta-sobre-resultados-de-busca-e-anuncios-contr-pl-das-fake-news/>
- Kemp, S. (2023, 12 de fevereiro). Digital 2003: Brazil. *Datareportal*. Recuperado de <https://datareportal.com/reports/digital-2023-brazil>
- Lévy, P. (2017). *O que é o virtual?* (P. Neves, Trad., 2ª ed.). São Paulo: Editora 34. (Obra original publicada em 1995)
- Lukács, G. (1989). *História e consciência de classe: Estudos de dialética marxista* (T. Costa, Trad., M. A. Resende & C. Cruz, Revs., 2ª ed.). Rio de Janeiro: Elfos Editora; Porto, Portugal: Publicações Escorpião.
- Martins, F. (2023, 24 de março). Chat GPT-4: Inteligência artificial mente para completar tarefa e gera preocupação. *CNN Brasil, Tecnologia*. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/chat-gpt-4-inteligencia-artificial-mente-para-completar-tarefa-e-gera-preocupacao/>
- Mattos, C. M. C. O. (2015). *Extimidade virtual na conjugalidade: Um estudo sartriano sobre a nova perspectiva da intimidade* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Recuperada de <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26515/26515.PDF>
- Marx, K. (1975). *O capital* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Melo, D. M. P. (2020). *Clínica do Ato: Por uma fenomenologia do corpo em psicoterapia*. Curitiba: Editora Juruá.
- Melo, D. M. P. (2021). Sofrimento psíquico durante a pandemia de covid-19: Uma análise existencialista sobre a materialidade da vida e sobre o uso da tecnologia. *Revista de Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea*, 10(1), 1-17. <https://doi.org/10.37067/rpfc.v10i1.1089>
- Melo, D. M. P., & Boris, G. D. J. B. (2021). O corpo na psicoterapia: Contribuições sartrianas. In F. G. de Castro, D. R. Schneider, & G. D. J. B. Boris (Orgs.), *Sartre: Da Filosofia à Psicologia* (pp. 151-181). Porto Alegre, RS: Editora Fi.
- Orlowski, J. (Diretor). (2020). *O dilema das redes [documentário, 94 min.]*. Estados Unidos: Netflix.
- Sartre, J.-P. (1994). *Em Defesa dos intelectuais* (S. G. de Paula, Trad.). São Paulo: Editora Ática. (Obra original publicada em 1972)
- Sartre, J.-P. (2002). *Crítica da Razão Dialética* (Tomo I: Teorias dos conjuntos, G. J. de F. Teixeira, Trad., G. Bornheim, Apres.). Rio de Janeiro, RJ: DP&A Editora. (Obra original publicada em 1960)
- Sartre, J.-P. (2011). *O Ser e o Nada: Ensaio de ontologia fenomenológica* (20ª ed.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes. (Obra original publicada em 1943)
- Sartre, J.-P. (2015). *O que é subjetividade?* [Título original: Qu'est-ce que lá subjectivité?]. (E. dos S. Abreu, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.



- Sartre, J.-P. (2022). *Cadernos para uma Moral* (E. S. Paiva, Trad., F. H. B. de Oliveira, Rev). (Tradução ainda não publicada). Edições Gallimard, Holanda Van Gelder Arches Arjomari-Prioux papelarias Tradicionais. (Obra original publicada em 1983)
- Weil, S. (1993). *A gravidade e a graça* (P. Neves, Trad.). São Paulo: Editora VMF Martins Fontes. (Obra original publicada em 1947)
- Weil, S. (2016). *Carta a um jovem religioso* (M. Stahel, Trad.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes. (Obra original publicada em 1951)
- World Health Organization. (2022). *World mental health report: Transforming mental health for all*. Recuperado de <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/356119/9789240049338-eng.pdf?sequence=1>

Recebido em 14.07.2023 – Primeira Decisão Editorial em 02.01.2024 – Aceito em 09.04.2024